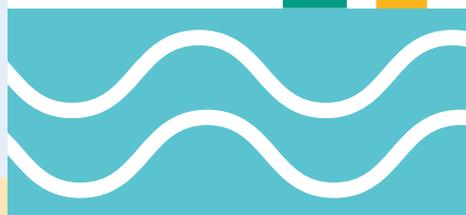
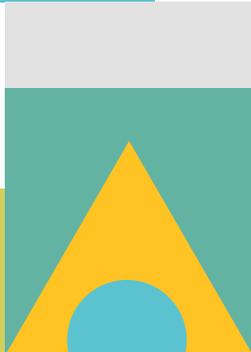




CARTILHA DE COMPETÊNCIAS EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL



FUNDAÇÃO
REDE
BRASIL SUSTENTÁVEL

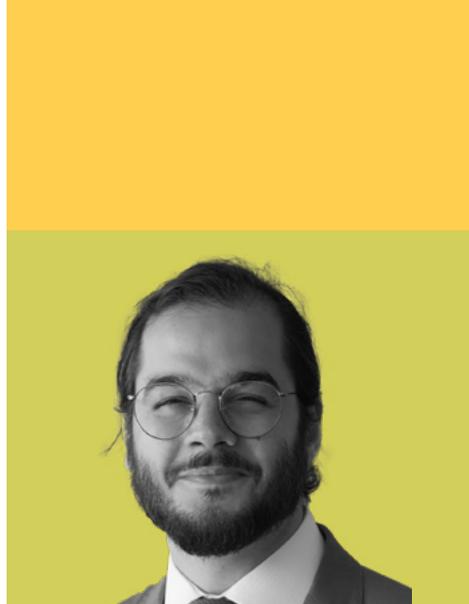


SUMÁRIO

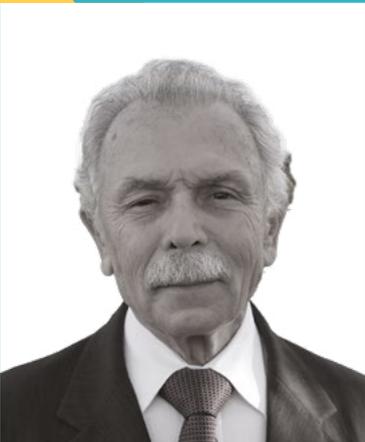
- 06 OS 3 PODERES
- 10 **O LEGISLATIVO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS**
- 17 **LEGISLATIVO MUNICIPAL: OS VEREADORES DA SUA CIDADE!**
- 21 **LEGISLATIVO ESTADUAL E DISTRITAL: OS DEPUTADOS ESTADUAIS E DISTRITAIS**
- 24 **LEGISLATIVO FEDERAL: DEPUTADOS FEDERAIS E SENADORES**
- 34 **O PODER EXECUTIVO BRASILEIRO**
- 36 **O EXECUTIVO MUNICIPAL E SEU PAPEL NA SUA CIDADE**
- 46 **EXECUTIVO ESTADUAL E SUAS RESPONSABILIDADES**
- 48 **EXECUTIVO FEDERAL E SUAS FUNÇÕES**



MARINA SILVA



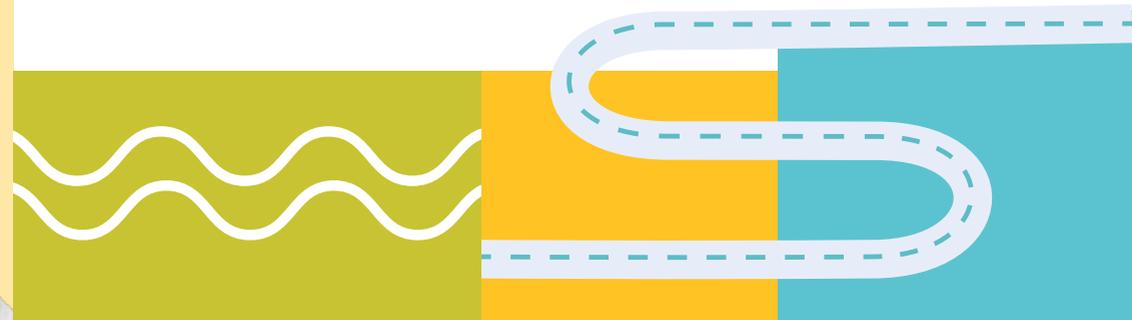
TÚLIO GADÊLHA



RICARDO GALVÃO



JOENIA WAPICHANA





Olá!

Você já parou para pensar como as decisões políticas têm um impacto em todos os aspectos da nossa vida cotidiana? Elas afetam o preço do pão que compramos, a qualidade das estradas que utilizamos, os serviços de saúde disponíveis em nossa cidade e até mesmo a proteção das terras indígenas. A política desempenha um papel essencial em nossa sociedade, moldando o mundo em que vivemos.

A Constituição Brasileira, o documento legal mais importante do nosso país criado em 1988, estabelece como o Estado Brasileiro é organizado e as regras do jogo político em nosso país, assim como os direitos e deveres dos cidadãos.

Ela declara que o Brasil é uma “República Federativa”, o que significa que temos um sistema onde o presidente e outros representantes políticos são escolhidos pelo povo em eleições. Além disso, somos uma “federação”, o que quer dizer que o Brasil é dividido em estados e municípios, cada um com certo grau de autonomia para tomar decisões, mas todos seguem as leis nacionais e a Constituição. Ou seja, temos um governo central e governos estaduais e municipais trabalhando juntos para administrar o país.

Com as eleições municipais se aproximando, é o momento perfeito para entender como a política no Brasil funciona e se envolver ativamente nela. Vivemos em um mundo em constante transformação, onde os desafios se tornam cada vez mais evidentes.



As desigualdades sociais estão se agravando e as mudanças climáticas estão causando inundações, deslizamentos, ventanias, incêndios e secas que impactam diretamente nossas vidas. Conhecer os problemas que nos cercam, compreender como funciona a sociedade civil organizada e o poder público importa. Afinal, elas influenciam a construção de uma sociedade mais justa e podem criar oportunidades econômicas, promover a diversidade cultural e preservar o meio ambiente.

Neste cenário desafiador, todos nós temos um papel ativo na transformação da sociedade e participar politicamente, seja como cidadão ativo, candidato comprometido ou contribuir com candidaturas ao executivo, é fundamental para influenciar as decisões do Estado e moldar o futuro que desejamos.

Se você acredita em uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável e é um cidadão curioso que deseja entender melhor a política, participar mais ativamente nela ou um futuro pré-candidato nas eleições municipais em busca de conhecimento para sua campanha eleitoral, esta cartilha é para você.

Nela, te explicamos como funciona a política e como você pode contribuir para a construção de uma sociedade melhor.

Somente através da participação ativa poderemos enfrentar os desafios do mundo.

Vamos iniciar nossa jornada de descoberta política?





OS 3 PODERES:

EXECUTIVO, LEGISLATIVO
E JUDICIÁRIO

No Brasil, a organização política do Estado se divide em três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Esses poderes são independentes e harmônicos entre si para evitar o abuso de poder de um sobre os outros e cada um deles tem uma série de responsabilidades:



LEGISLATIVO

Este poder é responsável por representar a população, criar, debater e aprovar leis que moldam o funcionamento da sociedade. Na esfera federal, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e Senado Federal. Na esfera estadual, distrital e municipal, este poder é exercido pelas Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais, respectivamente. Deste modo, os legisladores são: os Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Deputados Distritais e Vereadores eleitos pelos cidadãos e que representam a voz do povo na tomada de decisões políticas. Além disso, têm o importante papel de fiscalizar o Poder Executivo, garantindo que o orçamento público seja usado de maneira responsável e de acordo com o interesse público, assim como também participam das decisões relativas à distribuição do orçamento. Por exemplo, certificam-se de que o dinheiro destinado à educação seja realmente usado para melhorar a educação e legislando para que nas escolas municipais as crianças aprendam sobre sustentabilidade.



EXECUTIVO

Este é o poder responsável por executar e fazer cumprir as leis aprovadas pelo Poder Legislativo. Além disso, administra o governo, define políticas públicas, toma decisões orçamentárias cruciais e mantém a ordem, incluindo a manutenção da burocracia governamental e a segurança pública. Ou seja, tomam decisões como quanto dinheiro se investirá em saúde, educação e segurança, assim como quantas obras se iniciarão. O poder executivo são os prefeitos, vice-prefeitos, governadores, vice-governadores e secretários, assim como o presidente e seus ministros.



JUDICIÁRIO

Tem a responsabilidade de defender e guardar a Constituição, interpretar e aplicar as leis em situações legais, resolver disputas, julgar crimes e questões civis. Além disso, é encarregado de proteger os direitos individuais dos cidadãos e garantir o Estado de Direito, proporcionando um ambiente onde a justiça seja acessível a todas as pessoas, independentemente de sua posição ou poder. O poder judiciário está formado pelos juízes, promotores de justiça, desembargadores, defensores públicos e procuradores.

Esses três poderes, juntos, formam o alicerce do nosso sistema político, garantindo a democracia, a justiça e o equilíbrio de poder em nosso país.

Além disso, como você viu na introdução, o Estado brasileiro é uma federação composta pelos entes federados: **UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS**

COMO CADA ENTE DA FEDERAÇÃO É AUTÔNOMO, CADA UM DELES CONTA COM SUA PRÓPRIA DIVISÃO DE PODERES:

	 EXECUTIVO	 LEGISLATIVO	 JUDICIÁRIO
UNIÃO	Governo Federal Presidente e ministros	Congresso Nacional Câmara dos Deputados e Senado Federal - Deputados e senadores	Judiciário Federal
ESTADO	Governo estadual Governador e secretários	Assembleia Estadual Deputados estaduais	Judiciário estadual
DISTRITO FEDERAL	Governo distrital Governador e secretários	Câmara Legislativa do DF	Judiciário do Distrito Federal
MUNICÍPIO	Governo municipal Prefeito e secretários	Câmara municipal Vereadores	



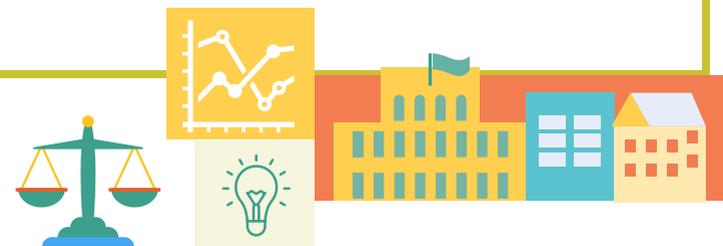
VOCÊ SABIA?

No Brasil, a divisão de responsabilidades entre municípios, Distrito Federal, estados e União é fundamental para o funcionamento eficaz da administração pública. Os municípios têm a tarefa de organizar e fornecer serviços públicos locais, como coleta de lixo, transporte público, guarda municipal e planejamento urbano. Além disso, eles têm a responsabilidade de manter escolas de ensino fundamental, creches e fornecer atendimento básico de saúde, bem como promover o ordenamento do uso do solo urbano. Isso garante que as necessidades da comunidade local sejam atendidas de forma eficiente.

O Distrito Federal quanto às responsabilidades, ele se agrega no bloco dos estados. Os estados, por sua vez, assumem a responsabilidade de manter a segurança pública, gerir o sistema penitenciário e legislar sobre questões relacionadas a servidores públicos estaduais. Eles também têm autoridade para estabelecer e arrecadar tributos estaduais e legislar sobre questões ambientais específicas, como recursos hídricos estaduais, adaptando as políticas às necessidades regionais.

A União, o governo federal, tem um papel abrangente que inclui manter relações exteriores, definir diretrizes de política econômica, legislar sobre direito civil, comercial, penal, eleitoral, do trabalho e previdência social. Além disso, a União regula o sistema financeiro nacional e mantém as Forças Armadas e a Polícia Federal. Também é responsável por legislar sobre questões indígenas e terras federais, bem como promover a defesa do meio ambiente e dos recursos naturais em âmbito nacional.

Essa divisão de competências garante que as necessidades locais, distritais, estaduais e nacionais sejam atendidas de forma eficaz e eficiente, promovendo o bem-estar da população em todo o país.



O LEGISLATIVO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

Como você viu logo acima, o **PODER LEGISLATIVO** no Brasil pode ser **FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL**. O **Legislativo Federal** é representado pelos deputados federais e senadores, o **Legislativo Estadual** pelos deputados estaduais e deputados distritais (no caso do Distrito Federal) e o **Legislativo Municipal** pelos vereadores!



MAS QUAIS SÃO AS FUNÇÕES DESSES REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO?

LEGISLAR



Os legisladores têm o papel de **criar, debater, modificar e aprovar leis que afetam diretamente a vida dos cidadãos**. Por meio da elaboração e votação de leis, os parlamentares moldam políticas públicas em diversas áreas, como educação, saúde, meio ambiente, economia e direitos civis.

FISCALIZAR



Os legisladores **acompanham de perto as ações do poder executivo, supervisionando e controlando cada uma delas**. Seu papel é garantir que todas as ações do governo estejam alinhadas com as leis, sejam justas, éticas e transparentes, não violem os direitos dos cidadãos e não desperdicem os recursos públicos. Para isso, eles têm a capacidade de convocar indivíduos e requisitar documentos para investigar eventuais erros e irregularidades cometidos pelo executivo e seus membros.

REPRESENTAR



Os legisladores são os **representantes diretos do povo**. Eles **escutam as demandas e preocupações da população e as levam para o centro do poder**. Além disso, têm o dever de pressionar o poder executivo por ações e investimentos em benefício de seus eleitores. Dessa forma, se a população reclama da falta de manutenção em uma estrada federal, limpeza urbana ou de segurança pública, os representantes do legislativo devem levar essas reclamações até o executivo. Eles também trabalham em conjunto com outros representantes políticos e buscam recursos para seus municípios, seja por meio da destinação de emendas impositivas ou da negociação de convênios.

JULGAR



Anualmente, os legisladores **avaliam e julgam as contas do executivo para garantir a responsabilidade no uso dos recursos públicos**. Em situações de irregularidades graves, os parlamentares têm a responsabilidade de julgar se existiu uma conduta inadequada por parte dos chefes do executivo e/ou dos próprios parlamentares. Um exemplo dessa função é o Impeachment presidencial ou a cassação do mandato, ou seja, quando há alegações de conduta inadequada ou crimes graves cometidos no exercício de suas funções, o legislativo é o responsável por decidir se o chefe do executivo perderá o mandato ou não.

ADMINISTRAR



Os legisladores também são **responsáveis por regulamentar e organizar o funcionamento das Casas Legislativas, como Câmara Federal, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais**. Cada uma dessas casas legislativas possui um

regimento interno próprio, que funciona como um conjunto de regras e procedimentos, garantindo a eficiência e a ordem no desempenho de suas atividades, permitindo que as instituições cumpram suas funções de maneira eficaz e transparente.



VOCÊ SABIA?

A Mesa Diretora desempenha um papel importante na administração das casas legislativas, ou seja, Câmaras Municipais, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Assembleias Estaduais, a Câmara Federal e o Senado. Ela é normalmente formada por quatro parlamentares, escolhidos através de votação entre os próprios legisladores. Esses quatro membros ocupam cargos específicos, como o de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário. Juntos, eles são responsáveis por coordenar e administrar o funcionamento dessas instituições legislativas.

DICIONÁRIO LEGISLATIVO: TERMOS PARA VOCÊ CONHECER!

Navegar pelo mundo da política pode ser como aprender um novo idioma, cheio de termos específicos, já percebeu? Mas não se preocupe! Vamos entender aqui alguns desses conceitos que já falamos:

Regimento interno:

Imagine que a Câmara Federal, o Senado Federal, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais são como equipes que precisam jogar um jogo importante. Para garantir que o jogo seja justo e todos saibam como jogar, os jogadores (que são os parlamentares) criam um conjunto de regras. Essas regras são chamadas de “Regimento Interno”. É como um livro de instruções que ajuda os Vereadores, Deputados Estaduais e Federais a entenderem como devem fazer seu

trabalho de forma organizada e justa enquanto estão no “campo de jogo” político.

Comissões Parlamentares:

Nas casas legislativas (como o Congresso Nacional, Assembleias Estaduais, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais), os parlamentares se unem em grupos para estudar e debater assuntos relevantes. Cada comissão se dedica a um tópico específico, como educação, saúde ou transporte. Elas trabalham para aprofundar o

entendimento desses temas e determinar como podemos fazer leis melhores para beneficiar essas áreas.

Projeto de Lei:

Os projetos de lei ou “PLs”, como são popularmente chamados, tratam-se de sugestões de novas regras ou alterações nas regras já existentes, criadas para controlar e aprimorar questões e desafios na nossa sociedade. Depois de discussões e votações, se forem aprovados pelos parlamentares e sancionados pelos chefes do executivo, esses projetos se transformam em leis que todos devem respeitar.

Emenda em Projeto de Lei:

Imagine as leis como regras escritas que todos devem seguir. Às vezes, essas regras precisam ser ajustadas para se adequarem melhor à forma como vivemos e à nossa sociedade em constante mudança. É aí que entram as emendas. Elas são como pequenas alterações ou melhorias nas leis existentes, feitas para garantir que elas continuem a funcionar bem ao longo do tempo.

Emendas Parlamentares:

Agora, pense no dinheiro que o governo tem para gastar em coisas importantes, como melhorar bairros e comunidades. A Lei Orçamentária Anual (LOA) é a que define quanto e como será gasto o dinheiro no próximo ano e é apresentado

pelo Executivo para aprovação do Legislativo que pode apresentar emendas e deve aprovar. Ou seja, alguns parlamentares, como Senadores, Deputados Federais, Estaduais e Distritais, têm o poder de sugerir como parte desse dinheiro deve ser gasto, para que seja usado de maneira eficaz. Essas sugestões são chamadas de emendas impositivas e são uma maneira de garantir que parte do dinheiro do governo seja direcionada para melhorar nossas cidades e bairros.

Requerimento:

Os requerimentos são solicitações feitas pelos parlamentares para obter informações extras ao supervisionar ou ao conduzir tarefas específicas relacionadas a projetos de lei ou às atividades das comissões parlamentares. Esses pedidos são feitos para esclarecer dúvidas, reunir dados ou buscar a orientação de especialistas antes de tomar decisões cruciais.

Convênios entre Município e Estado:

São acordos que permitem que os municípios recebam apoio financeiro e recursos do governo estadual para realizar projetos e melhorias em benefício das comunidades locais. Por exemplo, imagine que o Governo Estadual ajuda a financiar a reforma do parque da sua cidade, tornando-o mais seguro e divertido para as crianças.

COMO SÃO ESCOLHIDOS OS MEMBROS DO LEGISLATIVO

No Brasil, para se tornar candidato a um cargo público, é preciso, basicamente, ser elegível: filiar-se a um partido político, saber ler e escrever, passar pelo processo de convenção partidária, registrar a candidatura perante os tribunais eleitorais e conduzir uma campanha eleitoral. Além disso, nas eleições, a forma como Presidente, Governadores, Prefeitos, Deputados Distritais, Estaduais, Federais, Senadores e Vereadores são escolhidos varia.

Para Cargos Executivos e Senadores, é simples: o mais votado vence. No entanto, o sistema proporcional é diferente. Ele distribui as vagas com base nos votos recebidos pelo partido ou federação e seus candidatos. Ah! Uma federação partidária nada mais é do que a união de dois ou mais partidos durante as eleições e na legislatura.



ESSES SÃO OS CÁLCULOS NECESSÁRIOS PARA CONVERTER OS VOTOS EM DEPUTADOS FEDERAIS, ESTADUAIS E VEREADORES:

1

Primeiro, calculamos o quociente eleitoral, que é o número mínimo de votos que um partido ou federação precisa para eleger um parlamentar. É calculado dividindo o total de votos válidos (excluindo nulos e brancos) pelo número de vagas disponíveis na casa legislativa. Por exemplo, em uma cidade com 150.000 votos válidos e 19 vagas, o quociente eleitoral seria 7.895 (150.000 dividido por 19).

2

Em seguida, calculamos o quociente partidário, que define quantos parlamentares cada partido elege. Isso é feito dividindo os votos válidos do partido, que são a soma dos votos de todos os candidatos do mesmo partido ou federação e os votos na legenda, pelo quociente eleitoral. Por exemplo, se o partido D recebeu 15.000 votos válidos e o quociente eleitoral é 7.895, o partido D terá direito a 1,89 vagas na Câmara (uma das 19 vagas).

3

Mas essa vaga só será preenchida pelo candidato mais votado do partido ou federação, sempre e quando tenha um número de votos igual ou superior a 10% do quociente eleitoral. Ou seja, se o candidato tiver no mínimo 789 votos.

4

E quanto às vagas que não são preenchidas devido a arredondamentos ou candidatos que não alcançaram 10% do quociente eleitoral? Aqui fica um pouco mais complicado! Apenas os partidos com uma votação igual ou superior a 80% do quociente eleitoral participam. Logo, seguindo com nosso exemplo, os partidos que não atingiram 6.386 votos são excluídos desse cálculo. O processo envolve dividir a votação de cada partido pelo número de vagas que eles conquistaram mais um. O partido com a maior média fica com a primeira vaga remanescente, e esse processo é repetido em tantas rodadas quantas vagas remanescentes existem.

5

As vagas remanescentes, conquistadas pelo partido após esse cálculo, serão ocupadas pelo candidato mais votado na sequência, sempre e quando alcançarem 20% do quociente eleitoral (1.579). Nesse exemplo, apenas os candidatos com pelo menos 1.579 votos seriam eleitos para essas vagas adicionais.



Espero que isso torne o processo mais claro para você! É uma parte essencial da democracia e determina quem nos representa nas casas legislativas.





VOCÊ SABIA?

A Emenda Constitucional nº 25 à Constituição de 1967, aprovada em 1985, representou um importante passo na história da democracia brasileira. Ela assegurou o direito de voto aos cidadãos analfabetos, ou seja, àqueles que não sabem ler nem escrever.

Essa emenda foi um marco de inclusão e igualdade, permitindo que um grupo significativo de pessoas que, anteriormente, estava excluído do processo eleitoral, agora pudesse participar ativamente da escolha de seus representantes políticos.

Já o voto feminino foi inicialmente estabelecido no Código Eleitoral de 1932. No entanto, nessa época, ele era considerado voluntário. Isso significava que a participação política das mulheres casadas não estava assegurada, e sua capacidade de votar ainda dependia das decisões de seus maridos. Somente em 1965, as mulheres finalmente conquistaram o direito pleno de participar ativamente no processo eleitoral, eliminando essas restrições e consolidando seu papel essencial na vida política do país.

Atualmente, a Constituição estabelece que o voto é obrigatório para aqueles com mais de 18 anos que estejam em dia com suas obrigações eleitorais, enquanto para os jovens entre 16 e 18 anos, o voto é facultativo. Essas medidas contribuíram para fortalecer a democracia e a participação de todos os cidadãos na vida política do Brasil.

LEGISLATIVO MUNICIPAL OS VEREADORES DA SUA CIDADE!

Nas cidades, o Legislativo Municipal é composto por um grupo de pessoas chamadas **vereadores**. Eles são escolhidos pelos moradores da cidade a cada quatro anos, durante as eleições municipais. Os vereadores são como os porta-vozes da comunidade, e eles se reúnem na Câmara Municipal. Lá, eles têm conversas e reuniões públicas para criar e aprovar as regras locais, chamadas de **leis municipais**. Além disso, eles também mantêm um olho nas ações do prefeito, dos secretários e no jeito que o dinheiro da cidade é usado. Eles estão lá para garantir que a cidade seja um lugar melhor para todos nós.



VOCÊ SABIA?

O número de Vereadores está relacionado com a quantidade de habitantes e o número mínimo de Vereadores é 9 e o máximo é 55. Isso porque, segundo a Constituição, os municípios com até 15 mil habitantes podem ter 9 Vereadores, municípios que têm de 15 mil até 30 mil habitantes podem ter até 11 Vereadores, municípios com mais de 30 mil até 50 mil habitantes até 13 Vereadores, enquanto o limite é de 55 Vereadores, como em São Paulo que tem mais de 8 milhões de habitantes. Mas é a Lei Orgânica Municipal quem define o número exato de Vereadores de cada cidade, respeitando os limites impostos pela Constituição Federal.





QUAIS SÃO AS FUNÇÕES DOS VEREADORES?

REPRESENTAR VOCÊ



Os Vereadores também representam as pessoas da cidade, como você, na Câmara, diante da Prefeitura e de outras instituições! Eles fazem audiências públicas para entender suas preocupações e necessidades.

FAZER LEIS LOCAIS



Eles fazem regras específicas para nossa cidade. Isso inclui coisas como escolas, hospitais, impostos da cidade e como os ônibus funcionam. Se algo precisa ser ajustado nas leis locais, eles podem fazer isso. Por exemplo, uma lei municipal pode estabelecer que os restaurantes devem fechar às 22h para manter a paz e o sossego dos moradores durante a noite.

Contrariando um mito, Vereadores podem propor projetos de lei que envolvam gastos e modifiquem tributos municipais, desde que sejam acompanhados de estudos de impacto orçamentário e que não

envolvam coisas que só o Prefeito pode fazer como apresentar as leis orçamentárias, aumentar o salários dos servidores públicos ou criar novos órgãos e autarquias.

FISCALIZAR O PREFEITO E OS SECRETÁRIOS



Eles estão de olho no Prefeito, Vice-Prefeito e nas pessoas que administram a cidade. Eles verificam se estão fazendo um bom trabalho e se estão cumprindo seu plano de governo.

CUIDAR DO DINHEIRO DA CIDADE



Eles também cuidam do dinheiro da cidade, chamado de Orçamento Público Municipal. Eles podem propor modificações sobre como os recursos serão investidos e verificar como o dinheiro é usado e se está sendo usado para coisas importantes para a comunidade local. Uma vez por ano, eles julgam as contas do Prefeito e da Prefeitura para garantir que tudo esteja certo e aplicado de acordo com o interesse público.

GERENCIAR A CÂMARA MUNICIPAL



Eles administram a Câmara Municipal, onde se reúnem para fazer seu trabalho. Eles organizam reuniões e decidem o que é importante para nossa cidade.

BUSCAR RECURSOS



Eles procuram dinheiro extra para a cidade. Isso pode vir do Governo Estadual ou Federal, através de emendas e acordos como os convênios.

BOAS PRÁTICAS NA VEREANÇA!

Os Vereadores não atuam apenas no plenário da Câmara. A criação de um Gabinete Itinerante, que se desloca de lugar em lugar pela cidade, aproxima o trabalho do Vereador do cidadão e de sua comunidade. A Câmara Itinerante também é uma ótima forma de levar o legislativo e as sessões plenárias para os bairros e distritos.



DICIONÁRIO LEGISLATIVO: TERMOS PARA VOCÊ CONHECER!

Lei orgânica Municipal:

A Lei Orgânica Municipal é como um livro de regras importante para a nossa cidade. Este documento jurídico nos diz como o governo

da cidade deve funcionar, quem faz o quê (como o prefeito e os vereadores), e o que todos nós, cidadãos que vivemos na cidade, podemos fazer e não podemos fazer.



O QUE OS VEREADORES NÃO PODEM FAZER?

NÃO PODEM VIOLAR A LEI ORGÂNICA NEM A CONSTITUIÇÃO

Eles não têm permissão para propor leis que violem a lei Orgânica Municipal, que é como a constituição do município, nem a Constituição Estadual e Federal.

NÃO PODEM PROMETER COISAS QUE SÃO RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Como consertar as ruas, organizar a coleta seletiva de lixo, ou aumentar os salários dos professores. Isso ocorre porque o prefeito é quem cuida da administração da cidade.

NÃO PODEM LEGISLAR PARA ESTADOS E A UNIÃO

Os vereadores também não têm poder sobre coisas que são competência do estado ou da união. Isso inclui coisas como a presença da polícia militar nos bairros, a construção de prisões e questões relacionadas a impostos estaduais, transporte entre cidades, rodovias federais ou segurança nacional.

NÃO PODEM LEGISLAR EM ASSUNTOS DE INICIATIVA DO PREFEITO

Eles não podem criar leis sobre coisas que são de responsabilidade exclusiva do Prefeito, como criar leis sobre assuntos como orçamento, empregos na prefeitura, salários, e como os diferentes órgãos da cidade funcionam.



LEGISLATIVO ESTADUAL E DISTRITAL: OS DEPUTADOS ESTADUAIS E DISTRITAIS

Nos estados, o **Legislativo Estadual** é composto pelos **Deputados Estaduais**. Já no **Distrito Federal**, o **Legislativo** está formado pelos **Deputados Distritais**. Eles são escolhidos pelos moradores do estado ou da unidade federativa a cada quatro anos, durante as **eleições gerais**. Os Deputados Estaduais se reúnem na **Assembleia Estadual**, onde eles têm conversas e reuniões públicas para criar e aprovar as **leis estaduais**. Além disso, eles também participam das decisões orçamentárias, mantêm um olho nas ações do Governador, dos Secretários Estaduais e no jeito que o dinheiro do estado é usado. Já os **Deputados Distritais**, atuam na **Câmara Legislativa** do Distrito Federal, uma vez que acumulam as funções de Vereador e Deputados Estaduais e legislam no âmbito da unidade da federação. Além disso, formulam o orçamento e fiscalizam o poder executivo do DF.



VOCÊ SABIA?

O número de deputados estaduais varia de acordo com o número de deputados federais do estado. A quantidade de deputados federais varia de 8 a 70, a depender do estado, mas como é feito o cálculo para os deputados estaduais? Nos estados com até 12 deputados federais, a regra é que haja o triplo de deputados estaduais. Em estados com mais de 12 deputados federais, são garantidas 36 cadeiras nas Assembleias Legislativas, mais uma para cada deputado federal adicional. Por exemplo, se um estado tem 13 deputados federais, terá direito a 37 deputados estaduais (36 + 1). Já São Paulo é o estado com mais deputados estaduais, somando 94.



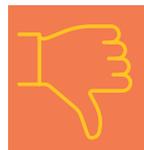
QUAIS AS FUNÇÕES DOS DEPUTADOS ESTADUAIS?



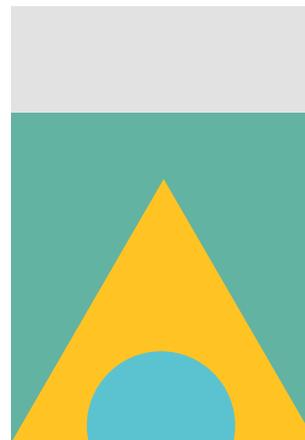
Os Deputados Estaduais e Distritais têm diversas atribuições. **Representar a população** é uma das suas principais funções. Os Deputados Estaduais e Distritais agem como porta-vozes dos interesses dos cidadãos nas Assembleias e na Câmara Distrital, perante o Governo Estadual e Distrital, assim como em outras instituições políticas, interagindo com Prefeitos e Vereadores para compreender as necessidades regionais. Eles também realizam audiências públicas para escutar os cidadãos e **criam leis regionais** que abordam questões como educação, cultura, segurança pública, impostos estaduais e transporte entre cidades. Além disso, têm o poder de modificar a Constituição Estadual, desde que esteja em conformidade com a Constituição Federal e não entre em conflito com outras leis estaduais ou municipais.



A fiscalização do Governo Estadual e Distrital é outra função crucial dos Deputados Estaduais e Distritais. Eles monitoram as ações do Governador, Vice-Governador e demais membros do governo para garantir que estejam desempenhando adequadamente suas funções e utilizando os recursos estaduais conforme as leis orçamentárias. Igualmente, participam ativamente do processo orçamentário, revisando e modificando propostas do governo, além de terem o poder de direcionar recursos para áreas consideradas prioritárias, como investimentos em educação. Anualmente, examinam as contas do governo para assegurar a correta gestão financeira.



No entanto, há limitações para as ações dos Deputados Estaduais. Eles não podem violar a Constituição Estadual ou Federal, legislar sobre competências exclusivas dos municípios e da União, prometer obras públicas ou infraestrutura, nem legislar em assuntos de iniciativa exclusiva do Governador. Apesar dessas restrições, seu trabalho visa aprimorar a qualidade de vida no estado, dentro dos limites de sua competência.





TÚLIO GADÊLHA

MARINA SILVA

LEGISLATIVO FEDERAL: DEPUTADOS FEDERAIS E SENADORES

No nível federal, o **Legislativo Federal** é composto pelos **Deputados e Senadores**. Eles se reúnem no Congresso Nacional, que é formado pela Câmara dos Deputados, a casa onde se reúnem os Deputados Federais, e no Senado Federal, a casa dos Senadores.



O QUE OS DEPUTADOS FEDERAIS FAZEM?



Os Deputados Federais atuam como **representantes do povo no Governo Federal**, defendendo os interesses dos cidadãos de cada estado e dialogando com outros representantes, como Prefeitos, Vereadores, Deputados Distritais e Estaduais. Eles são eleitos pelos eleitores do seu estado ou unidade federativa a cada quatro anos, durante as eleições gerais para um mandato de quatro anos.



NO TOTAL,
SÃO 513
DEPUTADOS
FEDERAIS

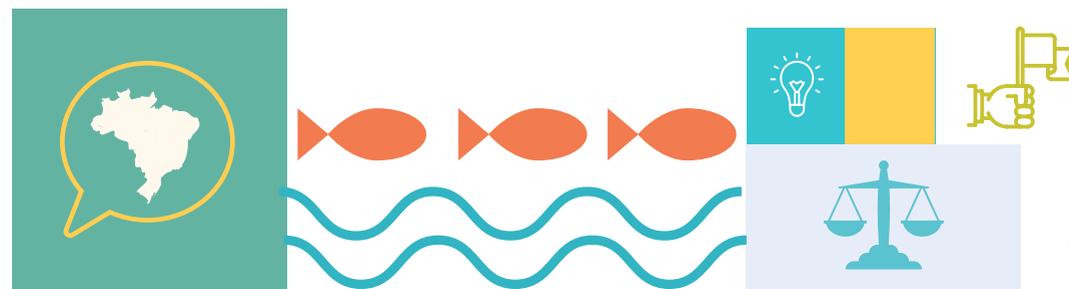
e a quantidade de deputados de cada estado depende de quantas pessoas vivem lá, assim como acontece com os Deputados Estaduais e Distritais.



Além de representar os cidadãos no nível federal, os **Deputados Federais elaboram leis** que se aplicam a todo o Brasil e sobre aqueles assuntos que são responsabilidade da União. Um exemplo é a criação de leis para combater a pesca predatória em áreas de conservação ambiental em todo o país. Sua responsabilidade também inclui a revisão, modificação e aprovação de leis propostas pelo Presidente e participam ativamente do processo orçamentário da União, revisando e modificando as leis propostas pelo governo. Além disso, têm responsabilidades administrativas na Câmara dos Deputados.



Outra função essencial é a **fiscalização do trabalho do Presidente, Ministros e demais membros do Governo Federal**, garantindo a conformidade com as leis. Os Deputados Federais também desempenham um papel crucial no julgamento de contas e irregularidades do governo, investigando casos como corrupção e assegurando a transparência e responsabilidade na administração pública.





No entanto, há limitações para as ações dos Deputados Federais. Não podem violar a Constituição, legislar sobre questões estaduais e municipais, prometer obras públicas ou legislar sobre assuntos de iniciativa exclusiva do Presidente da República.



VOCÊ SABIA?

O **Senado Federal** é composto por 81 Senadores que também são eleitos pelos eleitores do seu estado nas eleições gerais a cada quatro anos, mas têm um mandato mais longo, de oito anos. Eles representam as unidades federativas: estados e Distrito Federal e não a população, que é representada pelos Deputados Federais. Eles também revisam e votam as leis propostas pela Câmara dos Deputados, além de fiscalizar o Governo Federal. Isso ajuda a garantir que as leis sejam bem pensadas e discutidas. Enquanto o número de Deputados Federais tem a ver com o tamanho da população de cada estado, variando de 8 a 70 Deputados; os Senadores têm uma representação igualitária, com três para cada um dos 26 estados e o Distrito Federal, totalizando 81 membros no Senado. Isso assegura que as 27 unidades federativas tenham voz no processo legislativo e evita empates em votações importantes. Essa fórmula também busca equilibrar a influência dos estados mais populosos com os menos populosos no cenário político nacional.

EU POSSO SER CANDIDATO AO LEGISLATIVO?

Talvez, você já tenha se perguntado alguma vez como contribuir para melhorar a vida das pessoas e resolver os desafios que nossa sociedade enfrenta. A boa notícia, é que a resposta pode estar mais perto do que você imagina e sair candidato a Vereador, Deputado Estadual, Distrital ou Federal é uma delas!

A política é uma ferramenta poderosa para promover mudanças positivas e como candidato ao legislativo, você teria a oportunidade de influenciar o debate sobre a criação de leis, políticas públicas e visibilizar os interesses de seus concidadãos.

É importante lembrar que as pessoas que prestam serviços públicos em cargos eletivos ou políticos (como Vereadores, Deputados, Senadores, Prefeitos, Governadores, Presidente, Vices, Secretários e Ministros), precisam:



Ter sensibilidade aos problemas sociais e desejo de encontrar soluções.



Estar abertos ao diálogo com diferentes atores políticos, sociais e especialistas.



Estar próximos da população no dia a dia e dos movimentos sociais.



Estar filiados a um partido ao menos seis meses antes da eleição.



Escutar as demandas e problemas das pessoas para procurar as melhores soluções através de ações políticas.





VOCÊ SABIA?

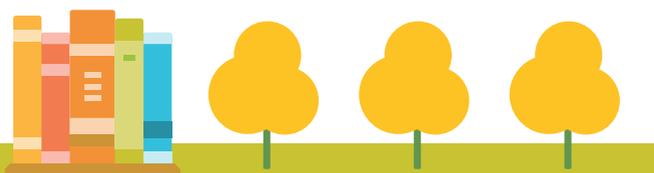
Para concorrer ao legislativo é preciso ter uma idade mínima: para vereador 18 anos, para deputado estadual e federal 21 anos e para senador 35 anos.

MUDANÇA LOCAL E GLOBAL



A política local também afeta a política nacional e global. Suas decisões e ações podem ter um impacto que se estende muito além de sua comunidade imediata.

Por isso, é muito importante que independentemente do cargo que você pretende concorrer, sua candidatura escute os problemas das pessoas e ajude a melhorar o debate sobre pautas tão importantes como sustentabilidade e educação. Dessa forma, sua possível candidatura pode ser uma plataforma para promover essas pautas e trabalhar ativamente para seu avanço. Não importa sua profissão, origem ou formação, você tem o potencial de fazer a diferença. A política é para todas as pessoas, sua voz e ação são valiosas. **Como dizem: só existe aquilo que se faz, por isso, venha fazer!**



GOSTARIA DE SE CANDIDATAR?

Se você pretende ser candidato para algum cargo Legislativo, é muito importante começar a pensar nas suas ideias e propostas para a campanha! Propostas de campanha são como compromissos ou planos específicos que os candidatos ao legislativo fazem para convencer as pessoas a votarem neles. Aqui estão três perguntas simples para te ajudar a escolher suas propostas:

1

QUAL É O SEU GRANDE SONHO PARA NOSSO MUNICÍPIO, ESTADO OU PAÍS E DO QUE ELE SE TRATA?

Pense nas coisas que você mais deseja para nosso município, estado ou país e em que áreas estão relacionadas.

2

SE VOCÊ FOSSE UM REPRESENTANTE POLÍTICO POR UM DIA, QUAIS SERIAM AS TRÊS COISAS QUE VOCÊ FARIA PARA REALIZAR ESSE SONHO?

Imagine que você tem o poder de fazer três ações relacionadas a essas áreas que você escolheu, lista quais seriam.

3

ESSAS AÇÕES RESOLVERIAM PROBLEMAS REAIS DO NOSSO MUNICÍPIO, ESTADO OU PAÍS QUE AS PESSOAS SE IMPORTAM?

Se a resposta for sim, essas podem ser as suas três propostas de campanha! Afinal, elas partem do seu sonho para a política e estão diretamente ligadas aos eleitores e aos problemas do município, estado ou país.

Agora, você pode pensar em como essas propostas podem ser transformadas em leis e ações no legislativo municipal, estadual ou federal.

Por exemplo, se você pretende ser candidato a Vereador e pensou em implementar a coleta seletiva de lixo para cuidar do meio ambiente, você pode propor coisas como:

Um programa chamado “Horta nas Escolas” para ensinar as crianças sobre comida saudável e proteção ao meio ambiente.



A criação de uma “Semana de Conscientização do Lixo Zero” com atividades para ensinar as pessoas sobre como reduzir o lixo.



Reduzir os impostos municipais para as pessoas que fazem coisas boas para o meio ambiente em suas casas.



Já se você pretende ser candidato a Deputado Estadual e pensou em melhorar a sustentabilidade e incentivar o uso de energias renováveis, você pode propor:

Reduzir os impostos estaduais para as pessoas que façam uso de energias renováveis, como casas com painéis solares, carros elétricos ou movidos a hidrogênio, que emitem menos poluentes.



Usar tecnologia para tornar a Assembleia Estadual mais ecológica, com menos papel.



Proibir os canudos de plástico e substituí-los por canudos de papel reciclável.



POR QUE DEFENDER A SUSTENTABILIDADE COMO BANDEIRA POLÍTICA É IMPORTANTE?

Sustentabilidade significa ter uma visão das coisas de um jeito que não prejudique a natureza e propor medidas que ajudem nossa economia a ser sustentável e combater as desigualdades. Isso é importante porque, se não cuidarmos do ambiente, podemos ficar sem recursos no futuro e isso afetaria a vida de todos.

Na política, defender a sustentabilidade quer dizer criar regras e apoiar ações que nos ajudem a proteger o meio ambiente, mas também a combater as desigual-

dades. Significa adotar práticas que respeitem a natureza, fortaleçam a economia e promovam a equidade entre as pessoas. Esta abordagem é crucial, pois o descuido ambiental pode exaurir nossos recursos, afetando a qualidade de vida de todos.

Quando investimos na sustentabilidade, estamos garantindo que teremos recursos para o futuro e cuidando do nosso planeta. Por isso, é muito bom que mais políticos defendam a sustentabilidade, ajudando as pessoas a entender por que isso é importante.

QUER SABER MAIS SOBRE SUSTENTABILISMO?

Chamamos a abordagem de ação política baseada na sustentabilidade de sustentabilismo e esta visão está fundamentada em sete dimensões sustentabilistas. Se você abrir a câmera do seu celular e apontar para esse QRcode, você terá acesso a um material exclusivo sobre as sete dimensões sustentabilistas.



5

DICAS PARA QUALIFICAR O DEBATE SOBRE A SUSTENTABILIDADE DURANTE SUA CAMPANHA!

Se você pretende concorrer a Vereador ou algum outro cargo e deseja melhorar o debate local sobre questões importantes, como sustentabilidade, aqui estão cinco dicas práticas que podem te ajudar a fazer diferença:

1 DEBATES E MESAS REDONDAS:

Você pode organizar debates e mesas redondas locais para discutir tópicos de sustentabilidade, como reciclagem, energia limpa ou conservação ambiental. Convide especialistas, moradores e líderes comunitários para compartilhar ideias e soluções. Isso envolverá a comunidade e criará um espaço para troca de conhecimento.

2 CONSULTA PÚBLICA:

Você também pode envolver toda a comunidade local na construção das suas propostas de campanha. Faça reuniões de consulta pública para ouvir a população sobre os problemas da cidade e ideias sobre como resolver esses problemas.

5 LIDERE PELO EXEMPLO:

Mostre sua liderança adotando práticas sustentáveis em sua campanha e vida pessoal. Utilize materiais de campanha recicláveis, reduza o desperdício de recursos e promova a sustentabilidade em suas redes sociais. Seja um exemplo de como ações individuais podem ter um impacto positivo no meio ambiente.

3 EVENTOS DE LIMPEZA

Você também pode incentivar que seus colaboradores de campanha organizem eventos de limpeza de parques, praias ou áreas verdes em seu município. Essas ações não apenas promovem a sustentabilidade, mas também unem a comunidade em torno de uma causa comum.

4 POLÍTICAS SUSTENTÁVEIS

Como futuro Vereador, você pode propor e defender leis locais que promovam a sustentabilidade, como a proibição de sacolas plásticas descartáveis, a implementação de programas de reciclagem mais eficientes ou o incentivo ao uso de energia renovável em prédios públicos municipais.



VOCÊ SABIA?

Você não precisa ser candidato nem ter sido eleito para defender a sustentabilidade e participar ativamente na política. Como cidadão você pode fiscalizar, participar e organizar reuniões, planejar ações, manifestações ou protestos.

Uma forma simples de começar a ser mais ativo politicamente é se conectar com grupos ou organizações da sociedade civil que compartilhem suas preocupações e objetivos. Além disso, as redes sociais são uma poderosa ferramenta de comunicação para mobilizar outras pessoas. A participação ativa e o diálogo construtivo são essenciais para impulsionar mudanças positivas em nossa sociedade.

Outra forma de participar ativamente na formulação e implementação de políticas públicas é através dos Conselhos Municipais, que são formados por representantes da prefeitura e da sociedade civil para debater leis, ações e/ou políticas públicas do município através de reuniões periódicas. Os Conselhos podem ser: deliberativos (decidem sobre as funções); normativos (criam e reinterpretem as normas em vigor); consultivos (julgam temas que lhes são apresentados); e, propositivos (propõem ações para o Poder Executivo).

BOAS PRÁTICAS PARA TODOS E TODAS!

As fake news são notícias falsas disseminadas principalmente na internet e redes sociais, para condicionar ou influenciar as pessoas, seja minando a confiança nas instituições, distorcer a percepção da realidade e até influenciar decisões políticas prejudiciais.

Como cidadãos, temos a responsabilidade de promover a verdade e a integridade informativa, evitando contribuir para a propagação de notícias falsas. Por isso, é crucial que ao nos depararmos com uma notícia duvidosa, verifiquemos a fonte, cruzemos informações com fontes confiáveis e consideremos o contexto. Proteger a democracia requer uma abordagem coletiva, baseada na circulação de informações verazes e na responsabilidade cidadã.



MARINA SILVA



RICARDO GALVÃO



JOENIA WAPICHANA

O PODER EXECUTIVO BRASILEIRO

O Executivo Brasileiro inclui **PREFEITOS, GOVERNADORES, SECRETÁRIOS, O PRESIDENTE E SEUS MINISTROS**. Esses líderes desempenham papéis essenciais na administração pública e na realização de políticas que afetam as pessoas. Vamos conhecer mais sobre o Executivo Brasileiro. Eles têm a tarefa de fazer as leis funcionarem, tomar decisões importantes e administrar o Governo no nível Municipal, Estadual e Federal.

COMO SÃO ESCOLHIDOS OS LÍDERES DO EXECUTIVO



Os líderes do Executivo, como prefeitos, governadores, presidentes e seus vices, são escolhidos pelos cidadãos a cada 4 anos em eleições. Eles podem ser reeleitos para apenas mais um período de 4 anos.

Em cidades com mais de 200.000 eleitores, para vencer, um candidato precisa receber mais da metade dos votos, ou seja, 50% mais um voto. Se nenhum candidato conseguir isso na primeira votação, os dois candidatos com mais votos

competem em um segundo turno.

Nas cidades com menos de 200.000 eleitores, o prefeito e o vice-prefeito são eleitos com a maioria simples, ou seja, o candidato com mais votos vence.

Além disso, para ser prefeito, a pessoa deve ter no mínimo 21 anos, e para ser governador, 30 anos. São regras para garantir que os líderes sejam maduros o suficiente para assumir essas responsabilidades.

O EXECUTIVO MUNICIPAL E SEU PAPEL NA SUA CIDADE

Nas cidades, o Executivo Municipal é liderado pelo Prefeito, que é escolhido pelos eleitores da cidade nas eleições municipais a cada quatro anos. Mas ele não está sozinho no Executivo Municipal: o Prefeito tem um Vice-Prefeito ao seu lado e também nomeia Secretários Municipais para ajudar na administração da cidade.

O Prefeito é como o chefe da cidade e é responsável, junto com os outros membros do Executivo e os Vereadores, por tomar decisões importantes para a comunidade. A Prefeitura é onde essas decisões são tomadas, e é lá que estão guardados os documentos essenciais, como leis, decretos e portarias.

A Prefeitura é dividida em diferentes áreas de governo, e cada Secretário Municipal tem a tarefa de cuidar de uma área específica, como educação, saúde, urbanismo, transporte, meio ambiente, cultura e muito mais. Eles devem trabalhar juntos para tornar a cidade um lugar melhor para todos os moradores. Já o Vice-Prefeito, assume o cargo de Prefeito em situações de ausência e colabora ativamente com o Prefeito, participando de decisões estratégicas, desenvolvendo políticas públicas e representando o governo local em eventos oficiais.



QUAIS SÃO AS RESPONSABILIDADES DO EXECUTIVO MUNICIPAL?

Os municípios são onde a vida acontece, e o Prefeito, Vice-Prefeito e os outros membros do Executivo, como os Secretários, são alguns dos políticos mais próximos de nós, junto com os Vereadores, tendo um impacto direto em nosso dia a dia.

O Executivo **administra a cidade**, decidindo como usar os impostos que pagamos, gerenciar recursos e definir o orçamento para educação, lazer, cultura, saúde e infraestrutura.

É responsabilidade do Prefeito e dos demais membros do Executivo Municipal **assegurar que serviços essenciais, como coleta de lixo, transporte municipal, ensino fundamental e atendimento médico primário, funcionem bem**. Eles também são responsáveis por manter a cidade em bom estado, cuidando das ruas, iluminação pública, hospitais e escolas municipais. Além de manter diálogo com a Câmara e representar os interesses dos moradores da cidade diante de outros atores políticos e instituições.

O Prefeito também pode **sancionar ou vetar as leis propostas** pela Câmara Municipal e também pode apresentar propostas de leis que se encaixam nas competências da cidade.



VEJA ALGUNS OUTROS EXEMPLOS DAS RESPONSABILIDADES DO EXECUTIVO MUNICIPAL:

ORÇAMENTO



O Executivo é responsável pela **elaboração do orçamento da cidade**, ou seja, faz uma proposta sobre como o dinheiro será gasto em coisas como escolas, hospitais e serviços públicos, e os Vereadores podem fazer modificações e auxiliar nessa tarefa. O orçamento da cidade deve ser feito em processos participativos, com transparência e ouvindo as organizações da sociedade ou em audiências públicas, como expressão de sustentabilidade política.

CUMPRIR A LEI:



O Executivo Municipal deve garantir que as leis aprovadas pelo Legislativo Municipal sejam cumpridas e está sujeito à fiscalização da Câmara Municipal.

CUIDADO COM A SAÚDE E EDUCAÇÃO



O Executivo zela pelos postos de saúde, jardins de infância e escolas municipais, garantindo que funcionem bem.

LIMPEZA E SANEAMENTO



O Executivo se certifica de que a cidade esteja limpa, as ruas bem iluminadas e cuidando do saneamento básico.

LIXO E RECICLAGEM:



O Executivo administra a coleta seletiva e ajuda a gerenciar o lixo da cidade.

CUIDAR DAS RUAS E DEMAIS PRÉDIOS MUNICIPAIS:



O Executivo é responsável por garantir que ruas e toda a infraestrutura local seja bem cuidada.

PLANEJAMENTO URBANO



O Executivo planeja onde as casas, lojas, escolas, praças, áreas verdes e estradas devem ser construídas, para que a cidade seja segura e organizada.

ORGANIZAR O TRÂNSITO



O Executivo também planeja como as ruas funcionam, ajuda a controlar o tráfego e garante que o transporte público funcione bem.



PATRIMÔNIO CULTURAL



Também é sua responsabilidade proteger os lugares e coisas que têm valor histórico ou cultural para a cidade.

DINHEIRO E IMPOSTOS



O Executivo lida com o dinheiro da cidade, coletando impostos e taxas municipais, além de gerenciar os recursos financeiros da cidade.

INICIAR OBRAS



O Executivo é o responsável por construir obras locais como, escolas, pontes, viadutos, teatros, quadras, parques, pavimentar ruas, expandir a rede de iluminação, de esgoto e fornecimento de água.

O PAPEL DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS NO APOIO AO PREFEITO

Agora você já sabe que o Prefeito é eleito, mas não faz o trabalho sozinho. Para governar a cidade, o Chefe do Executivo Municipal escolhe Secretários Municipais, que o auxiliam a cuidar de todas as responsabilidades inerentes à gestão de uma cidade. Vamos explorar como os Secretários Municipais desempenham esse papel fundamental:

Gestão de Pastas Específicas: Cada secretário municipal é responsável por uma área específica da administração pública, como educação, saúde, infraestrutura, meio ambiente, cultura, entre outras. Eles atuam como especialistas em suas respectivas pastas, desenvolvendo políticas públicas e programas que atendam às necessidades da população. Por exemplo, o Secretário de Saúde pode implementar programas de vacinação e melhorar o acesso aos serviços de saúde, enquanto o Secretário de Educação pode trabalhar para elevar a qualidade da educação nas escolas municipais.

Elaboração e Execução de Orçamento: Os secretários municipais desempenham um papel vital na elaboração do orçamento municipal. Eles trabalham em estreita colaboração com o prefeito para alocar recursos financeiros para suas respectivas áreas. Por exemplo, o Secretário de Urbanismo pode garantir que haja fundos suficientes para a manutenção de estradas e ruas, contribuindo para a infraestrutura adequada da cidade.





Representação em Eventos e Negociações: Em muitas situações, os prefeitos não podem estar presentes em todos os eventos e negociações que afetam o município. Os secretários municipais representam o prefeito nessas ocasiões, garantindo que os interesses da cidade sejam defendidos. Por exemplo, o Secretário de Meio Ambiente pode participar de reuniões sobre políticas ambientais regionais, assegurando que as preocupações ambientais locais sejam ouvidas.



Gestão de Recursos Humanos: Os secretários também são responsáveis pela gestão de equipes e recursos humanos em suas respectivas pastas. Isso inclui a contratação e supervisão de funcionários municipais que trabalham na área específica. Por exemplo, o Secretário de Cultura pode liderar uma equipe de curadores de museus e coordenadores de eventos culturais para promover atividades culturais na cidade.



Transparência e Prestação de Contas: A transparência na administração pública é fundamental. Os secretários municipais desempenham um papel importante na prestação de contas de suas ações, apresentando relatórios regulares sobre o progresso e o uso dos recursos de suas pastas. Isso ajuda a garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficaz e em conformidade com o interesse público.



O QUE O EXECUTIVO MUNICIPAL NÃO PODE FAZER?

O Executivo Municipal tem muitas responsabilidades, mas também há coisas que não estão em sua competência:

SEGURANÇA NACIONAL E TRANSPORTE INTERMUNICIPAL

Ele não é responsável pela segurança nacional nem pela segurança pública em nível estadual. Além disso, não cuida do transporte entre cidades. Ele é responsável pelo transporte urbano e pela guarda municipal, caso exista.

HOSPITAIS E ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO

Hospitais e escolas que são de responsabilidade do estado ou da União não estão sob a administração do Executivo Municipal. Ele é responsável pelo atendimento à saúde básica, ensino fundamental e creches.

RODOVIAS E ESTRADAS ESTADUAIS E FEDERAIS

A construção e manutenção de rodovias e estradas estaduais e federais não são tarefas do Prefeito. O Executivo Municipal é responsável pelas estradas e ruas municipais.

PRESÍDIOS

A administração de presídios não é de responsabilidade do Executivo Municipal, mas do Executivo Estadual.



O uso do cargo para atos de corrupção ou improbidade administrativa pode levar a processos legais pela Câmara de Vereadores e pelo Poder Judiciário.

COOPERAÇÃO PARA MELHORIAS NA SUA CIDADE

Apesar do Prefeito e Secretários não poderem fazer algumas coisas, eles podem interagir com Deputados, o Governador, Secretários Estaduais, Ministros e o Presidente para sensibilizar outros representantes sobre as demandas locais e a importância da construção de hospitais, rodovias e, inclusive, da ampliação do policiamento.

Por isso, é muito importante que todos os membros do Executivo Municipal trabalhem em cooperação, não apenas com os Vereadores, mas também com o Executivo Estadual para obter mais investimentos do Governo Estadual. Isso é feito por meio de convênios, que são acordos que permitem que os municípios recebam apoio financeiro e recursos estaduais para projetos locais que beneficiem a comunidade.

Além disso, o Prefeito também deve estabelecer boas relações com Deputados Estaduais, Federais e Senadores do estado. Isso pode ajudar a direcionar parte das emendas impositivas para a cidade. As emendas impositivas são sugestões ou mudanças no orçamento público que esses legisladores podem propor para garantir que parte do orçamento seja destinada ao município.



VOCÊ SABIA?

Brasília, nosso Distrito Federal, não realiza eleições para prefeito e vereadores. Em vez disso, elege um governador, vice-governador e deputados distritais para a Câmara Legislativa. Isso ocorre porque o Distrito Federal é uma unidade administrativa única, diferenciada dos municípios.

PLANO DE GESTÃO: 7 PASSOS PARA UM FUTURO MELHOR!

Vai ser candidato(a) a prefeito ou vai contribuir com candidaturas ao executivo?

Vamos te ajudar com sete passos para construir um bom plano de governo! Ele é o documento no qual os candidatos a cargos do Executivo (prefeito, governador e presidente) informam suas principais ideias e propostas com o objetivo de convencer os eleitores a votar neles. Anexar esse documento no sistema de candidaturas virtual do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) é obrigatório para formalizar a candidatura e o Tribunal não estabelece um número de páginas nem propostas obrigatórias.

1

CONHEÇA A REALIDADE LOCAL

Comece pesquisando e entendendo a situação atual do município. Descubra os principais problemas e necessidades da população para direcionar suas propostas.

2

DEFINA PRIORIDADES

Identifique as questões mais urgentes e importantes para os cidadãos. Concentre seus esforços em áreas-chave, como educação, saúde, segurança, infraestrutura e meio ambiente.

3

SEJA REALISTA E FOCUE NAS SOLUÇÕES

Suas propostas devem ser viáveis e práticas. Olhe para iniciativas bem-sucedidas em outros lugares como inspiração e evite promessas vazias. Apresente ideias claras e detalhadas.

4

CONSULTE A POPULAÇÃO E ESPECIALISTAS

Realize pesquisas e reuniões para entender as necessidades da comunidade e ouça a opinião de especialistas. Isso vai melhorar seu plano e demonstrará seu compromisso com a democracia participativa.

5

ESTABELEÇA METAS E INDICADORES

Defina metas mensuráveis para acompanhar o progresso de suas propostas. Use indicadores para avaliar o impacto das políticas públicas e ajuste-as conforme necessário.

6

PROMOVA A SUSTENTABILIDADE

Inclua medidas que promovam o desenvolvimento sustentável do município, como por exemplo: valorização e fortalecimento da cultura local, promover a equidade social de gênero, raça, diversidade sexual e de condição física; lutar por espaços de participação social nas decisões sobre os rumos da cidade; e cuidar do meio ambiente através da gestão ambiental, mobilidade urbana sustentável, uso de energias renováveis e preservação de áreas verdes.

7

TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO

Garanta que seu plano inclua ações para aumentar a transparência na gestão pública. Estabeleça estratégias eficazes de comunicação para informar os cidadãos sobre suas propostas e conquistas durante o mandato.



Lembre-se, seu plano é uma ferramenta importante para conquistar a confiança dos eleitores e construir um futuro melhor para o município!

VOCÊ CONHECE A AGENDA MUNICIPAL SUSTENTABILISTA?

É uma parceria inovadora entre a Fundação Rede Brasil Sustentável e a Coordenação Nacional de Assuntos Institucionais e Políticas Públicas da Rede - AIPP, para criar um guia de ações sustentáveis que vereadores e candidatos a prefeito possam usar nas eleições municipais de 2024. A construção da agenda é coletiva e aberta à participação de todos os brasileiros por meio de uma Consulta Pública. Basta escanear o QR code com seu celular e participar.



EXECUTIVO ESTADUAL

E SUAS RESPONSABILIDADES

Nas eleições estaduais, os eleitores do estado escolhem o **Governador, o Vice-Governador e os Deputados Estaduais**. O Executivo Estadual está formado pelo Governador, Vice-Governador e os Secretários Estaduais, nomeados pelo Governador, com responsabilidades variadas e cruciais.



Os Secretários Estaduais e o Vice-Governador desempenham funções em colaboração com o Governador. O Vice-Governador tem como responsabilidades: assumir o cargo de Governador em situações de ausência ou impedimento do titular, colaborar ativamente com o Governador, participar de decisões estratégicas e representar o governo em eventos oficiais.



Já os **Secretários gerenciam áreas específicas**, desenvolvem políticas públicas e representam o estado. Por exemplo, o Secretário Estadual de Educação supervisiona políticas educacionais.



O Governador e os demais membros do Executivo Estadual são responsáveis pelo ensino médio, os hospitais estaduais, a segurança pública, as rodovias estaduais, a preservação do patrimônio histórico, cultural e natural do estado e elabora o orçamento do estado em colaboração com deputados estaduais e as sugestões da cidadania.



O Executivo Estadual também **gerencia os recursos do estado**, alocando verbas para áreas



como saúde, educação, cultura, meio ambiente e infraestrutura, como a manutenção e expansão de rodovias. Além disso, O Governador também propõe leis sobre criação de cargos, aumento de salários e desempenha um papel crucial como embaixador do estado, buscando recursos para o desenvolvimento do estado junto com outras instituições e atores políticos, como o Presidente, Ministros, Deputados Federais e Senadores.

OUTRAS RESPONSABILIDADES DO GOVERNADOR:

- Elaborar leis orçamentárias estaduais.
- Cuidar da preservação ambiental, recursos hídricos e segurança pública.
- Zelar pelo ensino médio, os hospitais e rodovias estaduais.
- Aplicar verbas repassadas pelo governo federal.
- Arrecadar e aplicar impostos e taxas estaduais.
- Proteger o patrimônio cultural e histórico do estado.



O Executivo Estadual também enfrenta limitações, como o respeito às competências de cada esfera de governo, evitando a intervenção em responsabilidades municipais e federais, como o preço da passagem de ônibus municipal. Além disso, devem cumprir rigorosamente as leis, sendo passíveis de responsabilização caso violem normas legais ou desviem fundos públicos para fins pessoais, sujeitos a consequências legais.



LULA DA SILVA

GERALDO
ALCKMIN

EXECUTIVO FEDERAL E SUAS FUNÇÕES

Na esfera federal, o governo é conduzido pelo Executivo Federal, composto pelo Presidente e Vice-Presidente, eleitos pelos cidadãos brasileiros a cada quatro anos, e os Ministros, que são nomeados pelo presidente.

O Presidente é a figura mais importante do Brasil, sendo simultaneamente chefe de estado e de governo. **Como chefe de estado, ele é o representante simbólico do país, enquanto como chefe de governo, lidera o governo, ou seja, toma decisões políticas e administra o país. Além de ser a figura política mais importante do Brasil, ele é também o principal servidor público, com responsabilidades e meios de servir à sociedade.**

Ao final, poder político é serviço em uma democracia e isso é parte da sustentabilidade política na natureza de uma República.

Já o Vice-Presidente, além de substituir o Presidente em sua ausência, desempenha um papel mais amplo, podendo assumir responsabilidades específicas designadas pelo Presidente, além de trabalharem em estreita colaboração. O Vice-Presidente também participa de decisões estratégicas e atua como representante do Governo Federal em certos contextos.



OS MINISTROS: COLABORADORES ESTRATÉGICOS DO PRESIDENTE

Imagine o governo como uma equipe de futebol, com o presidente como o técnico. Os ministros são os jogadores-chave, cada um especializado em uma posição específica. Eles desempenham um papel crucial em ajudar o presidente a atingir as metas e planos de governo.

Assim como um técnico depende de seus jogadores para marcar gols e vencer jogos, o presidente depende de seus ministros para implementar políticas, tomar decisões estratégicas e enfrentar desafios importantes. Cada ministro lidera um ministério específico, como saúde, educação, economia ou meio ambiente. **Eles são especialistas em suas áreas e trazem conhecimento e experiência para o governo.**

Os ministros ajudam o presidente a tomar decisões informadas, fornecendo informações e recomendações baseadas em dados e análises. Eles também desenvolvem políticas públicas, definem metas e estratégias e trabalham para garantir que o governo esteja no caminho certo para cumprir suas promessas de campanha e melhorar a vida dos cidadãos.

Além disso, os ministros representam o governo em negociações com outros países e entidades, desempenhando um papel fundamental nas relações internacionais. **Eles são como embaixadores do Brasil e trabalham para promover os interesses nacionais em escala global.**





QUAIS SÃO AS ATRIBUIÇÕES DO EXECUTIVO FEDERAL?

ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

O Executivo Federal é responsável pela elaboração do orçamento do país, ou seja, faz uma proposta sobre como o dinheiro será gasto em coisas como escolas, hospitais e serviços públicos, e o Legislativo Federal pode fazer modificações e auxiliar nessa tarefa. O orçamento da União deve ser feito em processos participativos, com transparência e ouvindo as organizações da sociedade, como expressão de sustentabilidade política.

GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL



O Presidente e os demais membros do Governo Federal são os responsáveis por administrar a União. Ou seja, têm a responsabilidade de gerir e administrar as atividades e assuntos relacionados à União, como a coordenação de ministérios e departamentos, além de tomar decisões relacionadas aos assuntos federais em todo o país.

CRIAR PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

O Governo Federal é o responsável por implementar programas sociais e políticas públicas que visem a qualidade de vida e o bem-estar social, como por exemplo, o Fome zero, o PPCDAM de combate ao desmatamento e PAC.

CUIDAR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)



O Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, é responsável por formular e implementar políticas de saúde, promovendo ações para garantir o acesso universal e igualitário à saúde.



INCENTIVAR A EDUCAÇÃO E A PESQUISA CIENTÍFICA



O Governo Federal é responsável por formular políticas educacionais, promover o desenvolvimento e a valorização do ensino em todos os níveis, bem como incentivar a pesquisa científica e a extensão universitária. Isso envolve o apoio a instituições de pesquisa, programas de fomento à ciência e tecnologia, bem como a integração de centros de pesquisa e universidades. Além disso, o Ministério da Educação (MEC) é a instituição responsável por coordenar as políticas nacionais de educação.

GRANDES PROJETOS DE INFRAESTRUTURA



O Presidente e os Ministros supervisionam projetos de grande escala, como rodovias, ferrovias e hidrelétricas.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

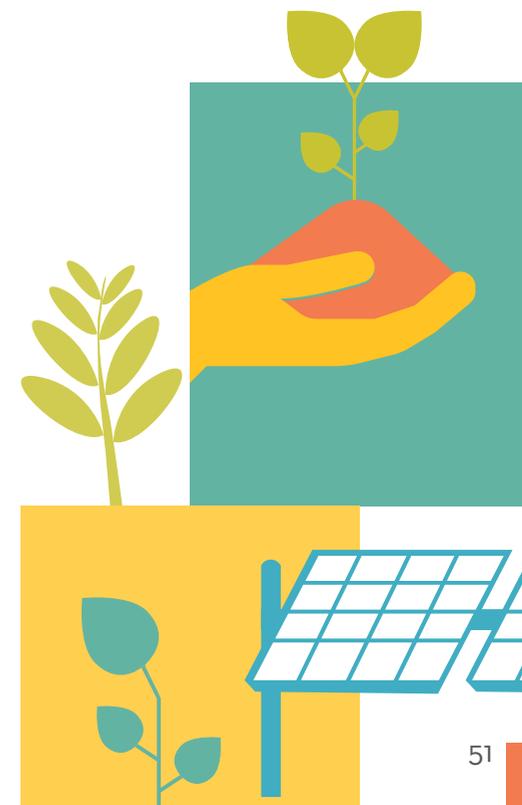


Ele administra questões econômicas, como política fiscal e monetária, para promover o desenvolvimento econômico do país.

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL



O Presidente do Brasil e os demais membros do Governo Federal têm como obrigações a conservação da biodiversidade, a gestão de unidades de conservação, o combate ao desmatamento e às queimadas, além do cumprimento de compromissos internacionais, como o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas. O Governo Federal é encarregado de fiscalizar e aplicar a legislação ambiental, através de órgãos como o IBAMA.



DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL



O Presidente é o chefe das Forças Armadas e tem autoridade sobre a Polícia Federal. Supervisiona e toma decisões em questões de segurança nacional e defesa do país, incluindo estratégias de defesa e mobilização das Forças Armadas em emergências. O Presidente coordena as Polícias Federais e regula as agências governamentais.

VETAR OU SANCIONAR LEIS DO LEGISLATIVO FEDERAL

O Presidente é o responsável por vetar ou sancionar as leis propostas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.



VOCÊ SABIA?

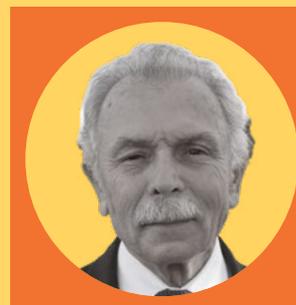
Tanto o Gabinete Presidencial quanto os ministérios mantêm funcionando em suas estruturas espaços de participação como os Conselhos, com representantes do Governo Federal, Estaduais e Municipais, organizações empresariais, academias, sindicatos e organizações da sociedade. Alguns dos Conselhos são para apresentar sugestões ao governo como o Conselho Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável - CDESS, junto ao Presidente e outros são de tomada de decisões sobre as políticas públicas, como o CONAMA que publica Resoluções e regulamenta as atividades da pasta ambiental.

VEJA OS GRANDES NOMES DA PAUTA AMBIENTAL QUE TEMOS EM CAMPO PELO BRASIL!

NO TIME DO GOVERNO ATUAL



MARINA SILVA atua como **Ministra do Meio Ambiente**, dedicando-se incansavelmente à luta contra o desmatamento.



O **Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**, **RICARDO GALVÃO**, está marcando golços na área de financiamento à ciência.



Na **Funai**, **JOÊNIA WAPICHANA** é a primeira mulher indígena a assumir a liderança, e está empenhada em garantir os direitos dos povos indígenas em nosso país.

IMPACTO DO GOVERNO FEDERAL NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

A ação do governo federal afeta diretamente estados e municípios, pois uma administração eficiente em nível nacional reflete positivamente nos níveis subnacionais. Além disso, estados e municípios podem solicitar empréstimos ao governo federal, conhecidos como dívida interna.

Agora que você entende melhor o papel do presidente da República, fica mais claro como suas decisões influenciam a vida em todo o Brasil.

Ufa, chegamos ao final!

Esperamos que esta cartilha tenha te ajudado a entender como a política opera no Brasil e o valor da participação de todos os cidadãos. Cada um de nós desempenha um papel na política, fundamental para construir um país mais justo e sustentável.

Ao votar, escolhemos representantes que tomarão decisões que afetam nossas vidas, mas também ao manter-se informado, conhecer candidatos, acompanhar o trabalho dos políticos e participar de debates, movimentos sociais, conselhos e audiências públicas.

Seja como candidato, cidadão participativo ou ativista social, sua participação é vital para um Brasil sustentável: politicamente democrático, economicamente próspero, socialmente justo, culturalmente diverso e ambientalmente sustentável.

Bora se envolver mais?



ZÉ GUSTAVO
DIRETOR PRESIDENTE



VANDA WITOTO
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO,
TECNOLOGIA SOCIAL E
DIGITAL



ALAN DUBNER
DIRETOR DE
FORMAÇÃO



TACIUS FERNANDES
DIRETOR ADMINISTRATIVO
FINANCEIRO



MARCELA MORAES
DIRETORA DE ESTUDOS
E PESQUISAS



METODOLOGIA:



CONTEÚDO:
LEGISLA BRASIL

REVISÃO:
FUNDAÇÃO REDE BRASIL
SUSTENTÁVEL

DIAGRAMAÇÃO:
JULIA LIMA E LAURA LEVIN



FUNDAÇÃO
REDE
BRASIL SUSTENTÁVEL